



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 55/XIV/ 1.ª SL

Aos 16 dias do mês de julho de 2020, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento e Finanças, na sala Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

1. Audição da Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito da apreciação, na especialidade, dos: Projeto de Lei n.º 254/XIV/1.ª (PS) - "Procede à interpretação do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, clarificando o respetivo âmbito subjetivo de aplicação", Projeto de Lei n.º 270/XVI/1.ª (PSD) - "Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio" e Projeto de Lei n.º 420/XIV/1.ª (PAN) - "Estabelece uma avaliação independente obrigatória do impacto na sustentabilidade de médio e longo prazo das finanças públicas e da viabilidade económica e financeira dos contratos de Parceria Público-Privada (3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio)" ;

2. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 33/XIV/1.ª (GOV) - "Aprova o Orçamento Suplementar para 2020";

3. Outros assuntos.

1. Audição da Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito da apreciação, na especialidade, dos: Projeto de Lei n.º 254/XIV/1.ª (PS) - "Procede à interpretação do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, clarificando o respetivo âmbito subjetivo de aplicação", Projeto de Lei n.º 270/XVI/1.ª (PSD) - "Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio", e Projeto de Lei n.º 420/XIV/1.ª (PAN) - "Estabelece uma avaliação independente obrigatória do impacto na sustentabilidade de médio e longo prazo das finanças públicas e da viabilidade económica e



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 55/XIV/ 1.ª SL

financeira dos contratos de Parceria Público-Privada (3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio)" ;

O Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças iniciou os trabalhos cumprimentando o Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), bem como o Secretário-geral e os demais representantes desta Associação, enquadrando a audição no âmbito da apreciação, na especialidade da citada Lei.

No âmbito da primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados António Gameiro (PS), Duarte Pacheco (PSD) e Duarte Alves (PCP), tendo o Presidente, o Secretário-geral e o Vogal, Presidente da C.M. Batalha, respondido individualmente a cada um dos Deputados.

Não tendo havido pedidos de intervenção adicionais, o Senhor Presidente passou a palavra ao Presidente da ANMP para uma breve intervenção final, posto o que deu por concluída a audição, agradecendo ao Presidente e aos demais membros da ANMP por todos os esclarecimentos prestados.

A audição foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação vídeo pode ser consultada na [página internet da audição](#).

2. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 33/XIV/1.ª (GOV) - "Aprova o Orçamento Suplementar para 2020";

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) começou por deixar uma nota prévia de protesto, relativamente ao teor da informação da DAPLEN, quando se refere à violação da “lei-travão” e da Constituição, o que, na sua perspetiva, ultrapassa as competências deste serviço. Comentou, no mesmo sentido, uma outra nota (de rodapé) que suscita dúvidas relativamente a norma sobre os manuais escolares.

Prosseguiu com a análise às propostas de alteração da redação da DAPLEN, discordando das seguintes:

- Artigo 168.º-A, n.º 5, deve manter-se a data da PA aprovada, ou seja, em vez de “31 de março de 2021”, será “31 de dezembro de 2020”
- Artigo 189.º – A, manter a redação da PA aprovada
- Artigo 23.º, suprimir “após a sua publicação”



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 55/XIV/ 1.ª SL

A Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD), manifestou a opinião de que deveria ser rejeitada a alteração ao artigo 77.º-B, na epígrafe: em vez de “Programa de Assistência Económica e Financeira” ficaria “Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira”. Também defendeu que, no artigo 77.º-B, n.º 3, se deveria manter a redação original.

Nenhum grupo parlamentar (GP) apresentou objecção a qualquer destas propostas do PSD.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP), depois de ter secundando as opiniões expressas pelo Deputado Duarte Pacheco (PSD) sobre a informação da DAPLEN, enunciou os casos em que o PCP não acolhe as sugestões de redação final. Foram consensualizadas as seguintes alterações:

- No n.º 1 do artigo 197.º - A, no acrónimo AHB, inserir também por extenso.
- No artigo 257.º-A, corrigir o lapso: em vez de “d RABEES e” será “de”
- No n.º 1 do artigo 262.º-A, inserir a palavra “designadamente” que constava da versão original. Ou seja, em vez de “Até 1 de setembro de 2020, iniciam-se os procedimentos para contratação de médicos (...)” será “Até 1 de setembro de 2020, iniciam-se os procedimentos para contratação designadamente de médicos (...)”
- No n.º 2 do artigo 263.º-A, inserir a palavra “atual”. Ou seja, substituir “no LMPQF” por “no atual LMPQF”
- No artigo 263.º-A, n.º 3, manter a redação original.
- No n.º 1, artigo n.º 325.º-B, alterar o início da frase substituindo “Nos casos de comprovada perda ou quebra de rendimento (...)” por “Nos casos em que seja demonstrada, junto das instituições, a perda ou quebra de rendimento (...)”. Ainda neste n.º 1, suprimir, no final da frase, a expressão “por razões relacionadas com o não pagamento da respetiva mensalidade devida no período de confinamento recomendado ou obrigatório”.

O Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD) pediu a palavra propondo também que no n.º 1 do artigo 325.º-E, se insiram duas palavras, substituindo “Fica o Governo autorizado a utilizar a verba do Orçamento do Estado para proceder ao adiantamento das ajudas ou apoios incluídos no Pedido Único 2020, assegurando o pagamento dos



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 55/XIV/ 1.ª SL

mesmos (...)” por “Fica o Governo autorizado a utilizar a verba do Orçamento do Estado para proceder ao adiantamento das ajudas ou apoios incluídos no Pedido Único de Ajudas 2020, assegurando o pagamento adiantado dos mesmos (...)”

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) propôs a fusão dos artigos 263.º-A e 263.º-B (epígrafe da 1.ª) passando os n.ºs 1 e 2 do artigo 263.º-B, a n.ºs 4 e 5, respetivamente.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) propôs ainda uma correção de gralha na redação do artigo 10.º da PPL, na subalínea *iv*) da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 2.º do DL 10-J/2020: em vez de “31 de setembro” será “30 de setembro”

Todas as sugestões de redação da DAPLEN foram aceites, com exceção das enunciadas anteriormente, as quais também mereceram a aprovação de todos os GP presentes, ou seja, do PS, PSD e PCP.

3. Outros assuntos.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) pediu a palavra para apresentar requerimento oral, sobre as três iniciativas em apreciação e que foram objeto de audição realizada hoje, com a ANMP. O PS vem assim requerer a suspensão do processo da especialidade por 60 dias.

Nesta sequência, o Senhor Presidente informou que o mesmo será votado numa próxima reunião, posto o que deu por terminada a reunião.

A reunião foi encerrada às 16:07 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de julho 2020.

O Presidente

(Filipe Neto Brandão)



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 55/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Alberto Fonseca
Álvaro Almeida
Ana Paula Vitorino
Carlos Brás
Carlos Silva
Cecília Meireles
Duarte Alves
Duarte Pacheco
Eduardo Teixeira
Fernando Anastácio
Filipe Neto Brandão
Hortense Martins
Hugo Carneiro
João Gouveia
Margarida Balseiro Lopes
Miguel Matos
Nuno Sá
Vera Braz
António Gameiro
António Ventura
Carlos Pereira
João Paulo Pedrosa
Jorge Paulo Oliveira
Lina Lopes
Marina Gonçalves
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Ventura
João Paulo Correia
Mariana Mortágua
Ricardo Vicente

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
João Cotrim de Figueiredo